



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
do Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Projeto de Lei n° 94/2024

Processo Número: **4400/2024** | Data do Protocolo: 04/03/2024 15:00:31



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3100320038003100390038003A004300, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



Projeto de Lei

Institui a Política de Empregabilidade de Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar no âmbito do Estado de São Paulo.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º- Fica instituída, nos termos desta lei, a Política de Empregabilidade de Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar no âmbito do estado de São Paulo.

Artigo 2º- Para fins desta lei, são consideradas violência doméstica e familiar contra mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, de acordo com o previsto na Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

Artigo 3º- São objetivos da Política de Empregabilidade de Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar no âmbito do estado de São Paulo:

I- a inclusão de mulheres em situação de violência doméstica em oportunidades e vagas de emprego, no âmbito do serviço público e da iniciativa privada do estado de São Paulo;

II - o fomento de ações de capacitação e qualificação profissional de mulheres em situação de violência doméstica;

III - a articulação entre o estado e municípios para a promoção de ações que visem garantir a inclusão socioproductiva e capacitação profissional de mulheres em situação de violência doméstica;

IV - a integração de programas, serviços e iniciativas de empregabilidade e capacitação profissional às mulheres em situação de violência doméstica.

Artigo 4º- São princípios norteadores da Política de que trata esta Lei:

I - respeito à autonomia e à dignidade das mulheres;

II - proteção integral;

III - atendimento humanizado das mulheres em situação de violência doméstica nos equipamentos e serviços públicos;

IV - atenção às especificidades de gênero, orientação sexual, raça, etnia, renda, cultura, nível educacional e idade;

V - confidencialidade das informações;

VI- dignidade humana, assegurando o direito ao trabalho como instrumento de superação da violência.

Artigo 5º- São diretrizes da Política de Empregabilidade de Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar no âmbito do estado de São Paulo:

I - capacitação da rede de atendimento sobre direitos das mulheres e a Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);

II - instituição de cotas de empregabilidade no serviço público e iniciativa privada para





as mulheres em situação de violência doméstica nos municípios paulistas;

III - disseminação de informações sobre direitos e políticas de acesso à capacitação e empregabilidade das mulheres;

IV- atuação integrada e transversal para a implementação de políticas públicas às mulheres em situação de violência doméstica;

V - criação de banco de vagas de oportunidades de trabalho e/ou vagas de capacitação profissional para o atendimento dos objetivos desta lei;

V- fomento do planejamento e a implementação das políticas públicas de forma integrada entre as diferentes secretarias e áreas temáticas.

Parágrafo único: Nos casos de banco de vagas de trabalho ou de capacitação profissional já existentes no município, poderão ser aproveitadas e adaptadas, para a inclusão e priorização da listagem das mulheres em situação de violência doméstica.

Artigo 6º- Serão considerados documentos hábeis para a comprovação da situação de violência doméstica:

I - medida protetiva expedida pela autoridade policial ou judicial;

II - qualquer outro documento que ateste a situação de violência doméstica, que tenha sido elaborado pela rede de atendimento psicossocial do município da residência da mulher e que possua expedição de até 06 meses quando do pedido de inclusão no banco de vagas de trabalho ou de capacitação profissional.

Artigo 7º- Poderão ser firmados acordos, convênios, parcerias junto à iniciativa privada, universidades, organizações não governamentais, para a consecução dos objetivos propostos nesta lei.

Artigo 8º- As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento do estado, suplementadas, se necessário.

Artigo 9º- Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Segundo a 4ª Edição da *Pesquisa Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil* do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, as diferentes formas de violência contra as mulheres têm aumentado país. As brasileiras têm sido expostas ou vítimas de diferentes formas de violência e, dentre elas, a violência doméstica.

A violência doméstica é um fenômeno multifacetado e que exige a adoção de estratégias e ações interdisciplinares para a sua erradicação. O estado tem um papel central na indução e promoção de políticas públicas que contribuam para salvaguardar e proteger a vida das mulheres. Deve-se observar, que além de ações como a criação de mais delegacias da mulher, ampliação de espaços de acolhida para mulheres em situação de violência é preciso que o estado estimule políticas que promovam a autonomia e independência financeira das mulheres.

A dependência financeira das mulheres em relação aos seus agressores é um fator que, por vezes, impede a ruptura e a saída do contexto de violência. A quebra deste ciclo





passa pelo fortalecimento dessas mulheres, inclusive, com a promoção de oportunidades de inclusão socioprodutiva, seja por meio do acesso a vagas de trabalho, quanto da qualificação profissional que possam garantir sua autonomia e independência financeira.

Esta proposta legislativa visa contribuir com a promoção de políticas públicas de autonomia financeira e capacitação de mulheres em situação de violência nos municípios paulistas. O projeto de lei indica prioridades, ações e estratégias que podem fortalecer a inclusão socioprodutiva das mulheres em tais contextos. Tal proposta é fruto de uma construção coletiva entre este mandato parlamentar e o grupo Tereza de Benguela, de Itaquaquecetuba.

O Centro Tereza de Benguela tem desenvolvido importantes ações para informar, orientar e dar subsídios às mulheres em situação de violência no município de Itaquaquecetuba. Por meio de suas experiências, o grupo trouxe ideias, prioridades e elementos para a construção desta proposta legislativa, cujo escopo, beneficiará as mulheres que vivem no Estado de São Paulo e que estão em situação de violência doméstica.

Diante do exposto, conto o apoio dos parlamentares para a aprovação deste projeto que certamente garantirá a segurança e vida das mulheres no nosso estado e poderá inspirar outros estados a adotarem medidas semelhantes em prol da proteção das mulheres.

¹ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf> último acesso 01/12/2023.

Marina Helou - REDE



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100380032003600370039003A005000

Assinado eletronicamente por **Marina Helou** em **04/03/2024 12:14**

Checksum: **1DC718A502D59951E8288B1A014C0390CB2A3BF10561FEDA6DCC31CDEEF4686E**



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3100380032003600370039003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.